

INSTÂNCIAS DE CONCERTAÇÃO LOCAL: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE ROCA SALES-RS¹

Jair Miguel Alles², Paulo Eduardo Moruzzi Marques³

RESUMO: Este artigo propõe-se a discutir o lugar do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Roca Sales - RS (CONDER), a partir de um estudo de suas lógicas de funcionamento. Observou-se que a dependência do Conselho em relação a programas estaduais e federais, cuja obtenção de recursos exige a caução dos conselheiros do desenvolvimento rural, constitui uma marca forte deste espaço local. Também se verificou reduzida participação dos agricultores familiares nessa esfera pública de negociação. Da mesma maneira, o Conselho se revela deficitário enquanto promotor de planejamento e de um debate profundo sobre o desenvolvimento rural na perspectiva da sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Conselhos municipais de desenvolvimento rural. participação social. desenvolvimento local sustentável. agricultura familiar.

SECTORS OF LOCAL ARRANGEMENTS: A STUDY ON THE RURAL DEVELOPMENT COUNCIL OF ROCA SALES, RS

Abstract: The present article discusses about the space of the Municipal Council of Rural Development of Roca Sales, RS, starting with a study about its development. It points out that the Council dependence in getting state and federal financial resources demands the guarantee of the counselors which is a strong mark of this local space. It shows that a reduced number of small farmers participate at this local level of negotiation. Moreover, the council reveals its lack while

¹ Este trabalho tem como base um dos capítulos da dissertação intitulada: Políticas públicas, Conselhos municipais e agricultura familiar: representações sobre o rural em Roca Sales/RS e a emergência da noção de multifuncionalidade da agricultura, defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

² Engenheiro Agrônomo, Mestre em Desenvolvimento Rural (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural- PGDR/UFRGS), (jair_alles@yahoo.com.br).

³ Professor Doutor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo. Avenida Pádua Dias, 11, CEP: 13.418-900 Piracacaba/SP (pmarques@esalq.usp.br).

a planning promoter as well as a profound debate about rural development in the perspective of sustainability.

Key words: Municipal Councils of Rural Development; Social participation; Sustainable local development; Familiar agriculture.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de aspectos relacionados às dinâmicas do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Roca Sales (CONDER), situado no vale do Taquari, no Rio Grande do Sul. Este olhar sobre essa instância local de concertação social e política se faz pertinente no momento em que está em ampla discussão nas esferas públicas a descentralização como forma mais propícia de governar (tanto em vista de perspectivas democratizantes quanto em termos da adaptação das escolhas às situações locais), em substituição aos modelos centralizadores, considerados como obsoletos e pouco adequados às dinâmicas socioeconômicas contemporâneas. Dessa forma, experiências inovadoras no nível do poder descentralizado (como é o caso dos Conselhos municipais de desenvolvimento rural) despertam o interesse das ciências sociais enquanto vetor de dinamização de novos processos políticos no jogo democrático. No Brasil, o modelo centralizado é associado ao autoritarismo do regime militar, o que levou o movimento pela democratização a reivindicar a descentralização como medida fundamental. Porém, a contestação da centralização ocorre também na social-democracia:

Os anos 70 foram profundamente marcados por uma crise do paradigma centralizado e intervencionista' associado à tradição social-democrata e consagrado nos países ocidentais a partir de meados da década de 50. Esse *modus operandi*, nas duas décadas em que funcionou, abriu um amplo espaço para o surgimento de grandes burocracias públicas que planejavam de modo centralizado a economia (...) (Souza, 1997, p. 378).

Em contraponto à centralização e à exclusão do período autoritário militar, observa-se, ao longo dos anos 80, tendência importante em associar democratização com as propostas de descentralização, em particular com a participação social na gestão pública.

Neste quadro da democratização brasileira, os Conselhos municipais de desenvolvimento rural motivam análise mais detalhada (sobretudo, em vista de seu potencial renovador). Suas dinâmicas e resultados ainda estão sendo estudados por vários autores, preocupados particularmente com a questão da participação social em novos contextos de interações sociais. Por isso, o presente estudo se orienta no sentido de colaborar com as análises empíricas sobre os funcionamentos desses espaços públicos de concertação política e de participação social, observando particularmente sua permeabilidade às

demandas dos agricultores familiares e aos temas emergentes no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento rural, como é o caso das idéias em torno da noção de multifuncionalidade da agricultura⁴.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE PARTICIPAÇÃO, ESFERA PÚBLICA E SOCIEDADE CIVIL

Nos últimos anos da década de 60, como sugere Pateman (1992, p. 9), a palavra participação tornou-se parte do vocabulário político popular. Isso aconteceu na onda de reivindicações, em especial por parte dos estudantes, pela abertura de novas áreas de participação – nesse caso na esfera da educação de nível superior – e, também, por parte de vários grupos que queriam, na prática, a implementação de seus direitos. No caso brasileiro, os estudos em torno da participação social se articula a uma série de temas correlatos, passando a ocupar um crescente espaço tanto em termos da reflexão teórica quanto da pesquisa empírica, especialmente ao longo dos anos 80 e 90 (Silva, 2004). Este interesse teórico se justifica pelo fato de o tema da participação social ter sido amplamente incorporado na pauta de vários projetos de intervenção nos quais questões como desenvolvimento, sociedade civil, esfera pública, democracia e cidadania estão presentes. A propósito, Pretty (1996 *apud* Campanhola, 2000, p. 36) destaca duas visões sobre a participação:

Uma é a de que ela aumenta a eficiência, pois as pessoas concordam e assumem posição ativa na implementação das decisões. A outra considera que a participação é um direito básico, no qual o principal objetivo é a mobilização para ações coletivas, fortalecimento e construção institucional. Também de acordo com esse autor, há sete tipos de participação: *manipulada*, em que há representantes da sociedade nas comissões oficiais, mas aos mesmos não é delegado nenhum poder; *passiva*, onde há apenas comunicação do que já foi decidido ou do que já aconteceu; *por consulta*, refere-se à situação em que as pessoas são consultadas ou respondem questionários, mas os agentes externos é que definem os problemas e os processos de coleta de informações, controlando portanto as análises; *por incentivos materiais*, onde as pessoas contribuem em troca de alimento, dinheiro ou outras formas de incentivo; *funcional*, que se resume a discussões em grupo para atingir objetivos predeterminados e é vista por agências externas como um meio para atingir metas de projetos com custos reduzidos; *interativa*, na qual as pessoas participam na análise conjunta, no desenvolvimento de planos de ação, na formação ou fortalecimento de instituições locais, e na disponibilização dos recursos a serem utilizados, por meio de métodos interdisciplinares que buscam perspectivas múltiplas e fazem uso do processo de aprendizado sistêmico e estruturado; e *mobilização própria*, em que a participação das pessoas

⁴ O estudo dessa noção em diferentes regiões pode ser verificado em Maria José Carneiro e Renato Sérgio Maluf (2003).

independe de instituições externas podendo ou não desafiar as distribuições existentes de riqueza e poder.

Esse referencial de Pretty sobre a participação social é empregado por autores como Caporal e Costa Beber (2006) quando de sua análise sobre os modelos de extensão rural. Para os autores, os paradigmas da agroecologia e da sustentabilidade constituem alternativa ao modelo produtivista, o que permite um diálogo profundo com a noção de multifuncionalidade da agricultura. No âmbito da crítica ao produtivismo, Moruzzi Marques e Flexor (2007, p. 7) sublinham que, na reflexão sobre participação social e Conselhos de desenvolvimento rural, "o movimento ambientalista e a emergência de idéias em torno do desenvolvimento sustentável concorrem, (...) para o fortalecimento de prescrições participativas, ao considerar o conhecimento local como essencial para a concepção de projetos fundados na valorização dos recursos disponíveis".

Para nossos propósitos, dois conceitos interessam particularmente neste campo de análise. O primeiro é o de esfera pública que se refere a "um 'espaço' de mediação entre atores sociais e sistema político-administrativo, por meio do qual, no enfoque normativo, deveria ocorrer a relação democrática da sociedade civil com o Estado (disseminação e publicização das representações e interesses sociais, controle público do Estado, orientação da agenda estatal, etc.), preservando, ao mesmo tempo, a autonomia relativa de ambas as esferas" (Silva, 2004, p.191). Tal conceito é algo mais amplo que a simples conotação física de um espaço e diz respeito a "um campo de práticas e relações sociais através dos quais os mais diversos atores sociais, mas também os atores da esfera político-administrativa e do mercado, discutem, confrontam-se e constroem interesses e reivindicações que se expressam enquanto "opinião pública". Do ponto de vista democrático, então, a questão que se coloca é analisar em que medida e como os atores da e na "esfera pública" conseguem (ou não) evitar as tentativas de manipulação e controle por parte do mercado e do poder estatal (Costa, 2002, *apud* Silva, 2004, p.191).

O segundo conceito em destaque é o de sociedade civil. Existem várias conceituações, dependendo da orientação teórica particular do autor. Contudo, no presente estudo, parece pertinente o referencial de Costa (2002) para apresentar certas linhas do debate. Segundo o autor, sociedade civil se refere ao contexto na topografia social, marcado por relações de solidariedade e cooperação. As organizações da sociedade civil devem ser vistas, nessa definição, como condensação institucional, nódulos de interações que se distinguem dos grupos de interesse atuantes na esfera da política (partidos, lobbies etc.) e da economia (sindicatos, associações empresariais etc.).

Como propõe Silva (2004, p. 192), "uma sociedade civil fragilizada, heterônoma, na qual os atores sociais encontram-se subordinados aos interesses do mercado e/ou do Estado, torna-se incapaz de desempenhar este papel de mediação e de interlocução, que fundamenta a existência de uma esfera pública democrática". Porém, na perspectiva deste autor (Silva, 2006), a sociedade civil

é examinada a partir de uma abordagem relacional, em grande medida inspirada em Elias (1994 e 1998). Assim, nesta configuração a sociedade civil pode assumir diferentes contornos - sua trajetória histórica constituindo um elemento essencial para uma análise referente à democratização das esferas públicas locais.

Por outro lado, a emergência de espaços públicos de participação social (mesmo que de forma indireta, como o caso dos Conselhos de desenvolvimento rural) é em parte favorecida pela idéia proposta por Dagnino (2002) de uma "confluência perversa". Esta confluência se refere a dois projetos políticos distintos, ligados pelo elo da participação social. De um lado, estaria o projeto neoliberal de encolhimento do Estado e, de outro lado, o projeto participatório associado à descentralização e à democratização.

A partir dos anos 80, este fenômeno favoreceu inúmeras experiências participativas em torno do poder local no cenário nacional, como é o caso dos Conselhos de desenvolvimento rural. Vale insistir que a confluência perversa residiria no fato de que tanto nos projetos participatórios como nos de ajuste neoliberal do Estado se requer uma sociedade civil ativa, propositiva e participativa. Mas cabe novamente ressaltar que o projeto participatório e o projeto neoliberal operam em direções opostas, já que um se orienta para a ampliação da cidadania e da democracia, enquanto o outro se inclina progressivamente para uma ofuscação do papel do Estado como garantidor de direitos obtidos por conquistas sociais. Assim, esse campo em disputa, no qual a participação da sociedade civil contribui com a redefinição do Estado, é marcado pelo recuo ou avanço dos projetos participatórios e ou do modelo de Estado neoliberal.

A relação do mercado com os Conselhos de desenvolvimento rural constitui outra perspectiva de análise. Favareto e Demarco (2004, p. 123) salientam que "a missão fundamental dos Conselhos deveria ser justamente a descoberta e o alavancar dos potenciais de desenvolvimento que os mecanismos convencionais de mercado são incapazes de mobilizar, sobretudo nas regiões menos favorecidas". Trata-se menos de uma perspectiva de democratização, mas uma idéia segundo a qual o Conselho possui uma vocação para despertar potenciais econômicos.

3 A RELAÇÃO DO CONDER COM SEU AMBIENTE INSTITUCIONAL

No Rio Grande do Sul, a maior parte das prefeituras estabeleceu um Conselho de política agrícola no decorrer da primeira metade dos anos 1990. Dados da EMATER/RS, citados por Abramovay (2001, p. 130-133), indicam que 97 % dos municípios do estado possuem um Conselho de desenvolvimento rural.

Este fenômeno foi amplificado por rumores segundo os quais os municípios que não instituíssem um Conselho agrícola, uma secretaria de agricultura e um fundo de investimento rural seriam privados de recursos dos governos estadual e federal. Em função desse receio, os prefeitos constituíram, da noite para o dia,

Conselhos pouco ligados às reivindicações efetivas das organizações sociais (Marques, 2004, p. 54).

Essa proliferação e/ou reestruturação dos Conselhos de desenvolvimento rural foi, em alguma medida, favorecida pela linha de infra-estrutura e serviços para os municípios do PRONAF. No entanto, o caso estudado não se associa ao referido programa, pois o município de Roca Sales não é beneficiado pelo PRONAF Infra-estrutura. Em todo caso, observa-se importante incitação de outros programas estaduais e federais para torná-lo operante. A propósito, parece pertinente aqui a análise de Silva e Marques (2004, p. 14):

Evidentemente, essa interpretação não significa assumir a tese de um 'pecado original' que marcaria a criação de grande parte dos CMDRs, ao contrário, tanto é possível que Conselhos criados como resposta a uma demanda externa se constituam em efetivos espaços de participação social e, por outro lado, que Conselhos nascidos de um processo de mobilização e reivindicação da sociedade civil local sejam espaços pouco atrativos em termos de participação.

Trata-se de nosso ponto de vista de discutir aspectos favoráveis à constituição de Conselhos mais sólidos e dinâmicos, que se adaptem às novas proposições e continuem sendo um local de discussão não apenas de um programa governamental, mas sim dos rumos do desenvolvimento rural de determinado local, que pode ser o município e/ou território, caso inserido numa articulação infra-regional.

A respeito, chama atenção, na lei de criação (29/96 de 17/06/1996) do Conselho de Desenvolvimento Rural de Roca Sales, o seu objetivo principal, inscrito no art. 1º:

É criado o Conselho Rocasalense de Desenvolvimento Rural – CONDER, com a finalidade de integrar os esforços das comunidades rurais, do setor público, da iniciativa privada e colaborar com todas as atividades dirigidas ao desenvolvimento agropecuário **com objetivo primordial de fortalecer o setor primário da produção**, em particular, visando...(grifo meu)

Mesmo que apresente a idéia de integração de esforços para o desenvolvimento, este foco primordial na produção permite salientar que, de forma geral, esta percepção está incorporada em vários discursos de atores entrevistados sobre o papel da agricultura. Contudo, ao se analisar as atas do CONDER, em concordância com os QUADROS 2 a 5, verifica-se que as discussões neste fórum não se limitam a questões relativas apenas à produção agrícola. De fato, são discutidos vários temas sobre vários eixos.

Vejamos então as atribuições do Conselho nas palavras da gerente do SICREDI local, o que nos fornece algumas pistas interessantes sobre seu papel:

O Conselho, o próprio nome já diz, está envolvido em todo e qualquer projeto agrícola do município quanto à agricultura. Hoje nosso trabalho se detém em questões como: avaliação de estiagens, chuvas, os estragos que estes causam no município, fazer alguma reivindicação, buscar uma ajuda aos agricultores e intermediar este processo. A gente fazia até um tempo atrás a análise dos pedidos do Banco da Terra, então se fazia as avaliações das pessoas. Lá no grupo, se eu não conhecia, outros membros do Conselho conheciam, para ver se estava sendo destinado corretamente o recurso. A gente busca junto à administração municipal; vê o que se tem em mãos para fazer projetos, para fazer alguma coisa no município durante o ano. O Conselho administra o programa troca-troca de sementes de milho, para trabalhar um pouco de qualidade. O Conselho administra um pacote agrícola (...) incentivo ao uso de talão [nota fiscal do produtor], para ganhar adubo, uréia, e alguma coisa tenta se buscar, um projeto de agroindústria, alguma coisa, além de dar algum apoio a essa nova empresa que está se formando, esta nova idéia que está se formando. Nós de repente poderíamos fazer muito mais se tivéssemos um recurso para administrar, um recurso maior. Então, hoje, estamos limitados para fazer este trabalho. (...).

Outro discurso eloqüente sobre o papel do CONDER é o do prefeito municipal, que se identifica como produtor rural, tendo sido por duas vezes presidente do sindicato dos trabalhadores rurais e, portanto, possuindo vínculo muito estreito com o rural. A visão do prefeito, aparentemente, é favorável ao Conselho, como se percebe no trecho abaixo:

Eu vejo com bons olhos. Como muita gente pensa que o prefeito faz tudo certo, eu acho que não é por aí. A idéia do prefeito é uma, agora a idéia do Conselho são várias cabeças que pensam e com idéias diferentes, e dali sai bastante coisa boa que o prefeito pode se beneficiar com isto. Ouvindo eles tu sente a necessidade que eles trazem, porque o nosso Conselho é bastante participativo e pessoas de várias localidades do interior. Então tu conhece a realidade do teu município é através do teu Conselho.

Nessa perspectiva, o papel do Conselho se refere à apresentação de várias idéias e sugestões (que podem ser favoráveis ou não aos interesses da prefeitura), constituindo-se num fórum no qual é possível obter informações privilegiadas sobre as comunidades rurais. De toda evidência, nosso interlocutor concebe antes o Conselho como lugar de produção de informação sobre o município, e menos como lugar de tomada de decisões.

Em nossa perspectiva analítica, quando são assuntos consensuais, pode-se dizer que o Conselho funciona enquanto meio de legitimação social das ações do governo local. Contudo, quando são assuntos conflituosos, cabe pensar que o Conselho pode aparecer como ferramenta auxiliar no aprendizado social sobre os conflitos. De fato, estes últimos conduzem os agricultores ao desafio do

aprendizado social sobre questões que eram muitas vezes ignoradas. Elias (1998) lembra que uma das mais difíceis tarefas humanas é o aprendizado social sobre questões até então desconhecidas ou não habituais aos grupos sociais. Ou seja, trata-se de pensar como as sociedades reagem ao ter que lidar com fatos novos, novas tecnologias, novas informações.

De toda sorte, também cabe salientar a tensão (mesmo que a princípio velada) provocada pela tendência da prefeitura em relegar o Conselho a um estatuto de apêndice menor do poder executivo local. O fato de o presidente do Conselho ser também o secretário de agricultura municipal parece reforçar essa tendência. Contudo, as relações de forças entre as instituições representadas no Conselho tornam o jogo pouco previsível. O tensionamento com o sindicato dos trabalhadores rurais ilustra a dimensão do fenômeno.

Com efeito, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) postula um papel de liderança municipal de primeira grandeza, o que foi constatado em entrevista na qual insiste em sublinhar sua trajetória de comando. Em seu discurso, confere-se mais peso ao CONDER, cujo papel se deslocaria notadamente para o campo do planejamento:

O Conselho tem que ter uma visão de traçar rumos para o futuro, (...) e ter uma integração junto com o poder executivo para saber o que realmente o município quer, por onde nós podemos caminhar e o que nós podemos fazer. O Conselho está aí para auxiliar o executivo, para que o município consiga se desenvolver, e, às vezes, não precisa de muitos recursos, às vezes não precisa só de recursos, às vezes existe outras formas de a agricultura se desenvolver nos municípios.

O acúmulo significativo de capitais durante sua trajetória social e sua posição estratégica à frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais permitem realçar o potencial do impacto de sua intervenção no Conselho. Aliás, convém salientar que esse sindicato possui cinco assentos no CONDER, portanto tem preponderância numérica (ver QUADRO 1). A propósito, Andrade (2004, p. 247) menciona exemplos de Conselhos de desenvolvimento rural do Nordeste brasileiro em que os sindicatos rurais ocupam posição privilegiada:

(...) diferentemente dos outros tipos de Conselhos, onde o governo local, na maioria das vezes, monopoliza o processo decisório, nos Conselhos de Desenvolvimento Rural isto só acontece quando o sindicato local está atrelado aos grupos no poder ou quando as relações de poder são baseadas na violência e no medo e o sindicato rural não têm legitimidade política. Nas demais situações, o sindicato assume de fato a condição privilegiada de parceiro e consegue ser parte ativa em todo o processo.

No caso do Rio Grande do Sul, o movimento sindical dos trabalhadores rurais desempenha, relativamente a outros estados, papel muito ativo, associado

à discussão da política agrícola e à importância da agricultura familiar no estado (Marques, 2004, p. 64). Em considerável medida, os sindicatos de trabalhadores rurais gaúchos são atuantes e reivindicativos, como é notório no caso de Roca Sales.

Nesse contexto, cabe salientar que o CONDER fortalece, em alguma proporção, o STR na medida em que suas demandas são mais rapidamente transmitidas para os outros representantes das principais instituições voltadas ao desenvolvimento rural de Roca Sales. O problema a ser destacado se refere à pouca participação social dos agricultores familiares no processo, traduzindo o pouco esforço do sindicato no sentido de tornar o Conselho uma arena de disputa efetiva quanto aos rumos do desenvolvimento local.

Note-se que os Conselhos municipais de desenvolvimento rural (CMDR) poderiam ser classificados como espaços públicos híbridos, conjugando tanto a participação de representantes do Estado como da sociedade civil. No caso da linha infra-estrutura do PRONAF, este hibridismo foi concebido graças à prescrição de "paridade", ou seja, 50% dos componentes dos Conselhos beneficiados pelo programa deveriam ser agricultores familiares. Em Roca Sales, o quesito paridade, enquanto questão numérica, não constitui uma exigência. Na composição do Conselho local, como mostra o QUADRO 1, mesmo se a paridade não seja observada, vale salientar a importante presença de conselheiros do STR.

QUADRO 1 : Composição do Conselho de Desenvolvimento Rural em Roca Sales

Organizações	Nº de representantes
Sindicato dos Trabalhadores rurais	5
Secretaria Municipal da Agricultura	1
EMATER	1
SICREDI	1
Inspetoria Veterinária	1
Banrisul	1
Câmara Municipal	1

Fonte: Do autor, com base na pesquisa

A importante presença de membros do STR no CONDER, representantes dos agricultores familiares de Roca Sales, no entanto, não corresponde efetivamente a uma maior participação destes últimos no debate sobre o desenvolvimento rural no município.

Em função de informações coletadas com vinte famílias de agricultores familiares na comunidade de fazenda Lohmann, em Roca Sales, pode-se confirmar esta reduzida participação. Utilizando-se do sistema classificatório de

Pretty, apresentado anteriormente, poder-se-ia dizer que se trata, quando muito, de uma participação manipulada ou passiva. Pois bem, quando interrogadas sobre se já participaram de atividades organizadas pelos Conselhos locais, a grande maioria das famílias (17) respondeu que não. O mesmo número de interlocutores afirmou que desconhece as atividades/planos/prioridades do Conselho de Desenvolvimento Rural. Assim, se na escala desse sistema classificatório, a participação é mais efetiva quando ela se situa nos últimos tipos, pode-se sugerir que o processo estudado em Roca Sales tende fortemente para a não-participação. Pode-se inferir que esse fenômeno se estende à maioria dos agricultores familiares do município.

Constata-se, portanto, uma população rural minimamente informada sobre as atribuições do Conselho, desconhecendo mesmo a existência deste organismo colegiado de tomada de decisão. Esse desconhecimento evidencia problema agudo de comunicação. Deste modo, o Conselho funciona de modo restrito, atendendo reclamos pontuais manifestos por seus membros. Convém observar que canais de comunicação, em particular programas radiofônicos locais, poderiam transmitir informações sobre as atividades do Conselho, com o próprio STR difundindo uma emissão radiofônica. Portanto, constata-se papel ínfimo do sindicato dos trabalhadores rurais no que se refere à circulação de informações sobre o Conselho. Tal lacuna é ainda mais marcante quando se observa que, nas entrevistas com as vinte famílias rurais, o STR é citado em doze oportunidades enquanto entidade mais importante na comunidade e no município. Aliás, dezoito famílias afirmam que são associadas ao STR.

O mesmo grupo, quando perguntado se teria interesse de participar mais das atividades dos Conselhos e dos debates sobre políticas públicas, mostrou-se dividido: sete afirmaram querer participar mais, dez não gostariam e três não responderam. Partindo do desconhecimento do CONDER e de suas atribuições pelas famílias rurais, o número de respostas favoráveis à maior participação pode ser considerado expressivo. Por outro lado, quando se perguntou quais iniciativas/questões deveriam ser tratadas pelo Conselho, surgiram várias propostas vindas de nove entrevistados, entre elas: aquisição de secador de grãos comunitário, aquisição de secador de milho, melhora da condição das estradas, turismo rural, mais assistência técnica, programa para manter jovens na agricultura, questão da saúde, recolhimento de lixo, dar ênfase na importância da agricultura e, inclusive, mais possibilidade de participação dos agricultores.

Para melhor apreensão das dinâmicas deste Conselho, analisam-se, a seguir, as atas das reuniões do CONDER. Trata-se de discutir suas lógicas, interrogando sobre sua capacidade de mobilização e animação em torno das

políticas locais de desenvolvimento rural. Concomitantemente também se analisam discursos de atores sociais que permitam entender essas dinâmicas.

Na formulação dos QUADROS 2 ao 5, o exame do conteúdo das atas do CONDER destacou, em cada reunião, os assuntos que se revelaram mais relevantes. Ademais, considerou-se: a) periodicidade; b) foco; c) repetição dos temas; d) conexão dos assuntos com programas municipais, regionais, estaduais ou federais.

QUADRO 2: Atas do CONDER entre 1996 -2000

Ano	Nº de reuniões	Temas mais importantes em debate	Âmbito
1996	2 (junho e dezembro)	Normas internas/funcionamento	-----
1997	2 (maio e setembro)	Pró-Rural	Programa estadual
1998	1 (agosto)	Agroindústria e piscicultura	Municipal
1999	1 (dezembro)	Seminário sobre conselhos agropecuários	Regional
2000	1 (dezembro)	Banco da Terra	Programa federal

Fonte: Do autor, com base na pesquisa

Em última análise, verifica-se que há dois períodos bem distintos no CONDER de Roca Sales/RS. O primeiro vai de junho de 1996 (quando da criação do Conselho) até dezembro de 2000. Trata-se de um período de quatro anos e meio que pode ser caracterizado como de marasmo ou apatia. Em todo o período, apenas cinco reuniões foram realizadas (QUADRO 2). O segundo período inicia-se em janeiro de 2001, ano em que ocorreram sete reuniões. Cabe perguntar o porquê dessa mudança.

A primeira hipótese se associa a uma mudança na política local. No final de 2000, houve eleições municipais e o novo prefeito tomou posse no início de 2001. O novo prefeito teria priorizado o Conselho? A análise dos discursos de nossos entrevistados não permite tal suposição. Então, pode-se inferir que outra autoridade tenha liderado essa nova fase do Conselho. Dentre os nomes possíveis, surge de pronto aquele do novo secretário municipal de agricultura, que também é o presidente do Conselho. Por outro lado, é completamente inadequada a suposição de que houve mobilização inesperada de grupos sociais, exigindo uma nova repartição de forças no âmbito do poder local, na qual o Conselho tivesse um papel de catalisador das demandas sociais, imprimindo novo dinamismo em torno da participação local. Enfim, o agravamento dos problemas ambientais seria eventualmente a causa de uma ebulição dos debates no Conselho. Nenhuma dessas suposições parece verdadeiramente apropriada.

QUADRO 3: Atas do CONDER em 2001

Tema discutido	Recorrência/mês	Âmbito do tema
Banco da Terra	3 (janeiro, junho e novembro)	Programa Federal
Seminário de Desenvolvimento Sustentável	2 (agosto e outubro)	Municipal
Orçamento Participativo	1 (maio)	Estadual
RS Rural	1 (maio)	Programa Estadual
Febre aftosa	1 (maio)	Estadual
Fundo/recursos para o CONDER	1 (maio)	Municipal
Pró-Guaíba	1 (julho)	Programa Estadual
Enchente	1 (outubro)	Municipal
Jornada da água	1 (outubro)	Municipal
Fecarpa	1 (outubro)	Municipal
Seminário de Agroecologia	1 (novembro)	Estadual
Fossas para suinocultura	1 (novembro)	Municipal
Reposição florestal	1 (novembro)	Municipal

Fonte: Do autor, com base na pesquisa.

Antes de procurar encontrar as razões desta relativa dinamização do Conselho, pode-se observar que muitos discursos de nossos entrevistados demonstram insatisfação com o Conselho, o que reforça a interpretação segundo a qual este espaço público é pouco privilegiado pelo poder executivo local.

A propósito, examinemos os discursos das autoridades locais, iniciando-se por aquele do secretário de agricultura, que também acumula a função de presidente:

O Conselho, eu penso, ele participando da sociedade, tendo atores de vários segmentos da área agrícola, talvez poderia ter uma participação maior, mais ativa. Mas devido à agitação que cada um tem na sua atividade, para começar é difícil até marcar um horário onde se tenha um grande número de participantes (...). À noite um não pode, outro trabalha. Então é difícil. Se tivesse uma maior participação, então seria melhor. Mas dentro do possível procuramos passar para o Conselho, ele toma conhecimento de várias iniciativas que o poder público tem, ou nós do Conselho levantamos algumas idéias e que depois são aperfeiçoadas e passada ao poder executivo.

A pouca participação é interpretada de outra forma por outros atores, como é o caso do representante do Escritório da Inspeção Veterinária de Roca Sales:

Como o Conselho não tem fundo, nós só damos opinião. Nós opinamos, às vezes a gente resolve, quer dizer, toma decisões. Mas certas situações não se resolvem porque não temos o poder de obrigar ninguém. Então o Conselho poderia ser mais dinâmico, como nós poderíamos ser mais dinâmicos, mas às vezes a gente

é tomado pelo pessimismo e é coisa nossa deixar como está que é mais fácil. Não é assim que se resolve, é preciso pôr em questão as coisas, e o Conselho poderia ser mais agressivo em cima disto, mas acho, por enquanto vamos com calma, não vamos entrar com o pé cheio que nós vamos nos dar mal. Essas questões envolvem tradição, costumes e uma série de fatores que para tu mudar, não é de uma hora para outra, nem nós não mudamos.

Nesse testemunho, chama à atenção o descontentamento com a falta de fundos financeiros do Conselho, queixa apresentada por vários conselheiros. De todo modo, há uma vontade manifesta dos conselheiros favorável a uma maior atuação e mais poder no âmbito do CONDER. Cabe mesmo pensar que os conselheiros aspirem não apenas um papel consultivo, mas também deliberativo. Esse avanço dos poderes do Conselho implica em nova partilha de poder com o executivo e legislativo locais, o que gera com efeito tensão e conflito. De fato, nos pequenos municípios, vale considerar que o prefeito exerce, sem maiores constrangimentos, o que já foi definido como "mandonismo". Se os Conselhos refletem intenções de mudanças, o estudo dos novos arranjos institucionais deve observar, notadamente, os bloqueios consideráveis para uma nova distribuição de papéis (Marques, 2002).

A inexistência de um fundo de investimento é também motivo de desolação para o extensionista da EMATER, que é também membro de vários Conselhos municipais (entre eles, saúde, educação e merenda escolar):

O nosso Conselho tem estatuto. Todo conselho tem estatuto. Então nossa missão é discutir a agricultura, mas uma discussão feita há muito tempo, a longa data, é para criar aqui no município um fundo, um fundo municipal de agricultura, pois nós temos duas situações, uma delas é que está ocorrendo agora, é a seca, e nós poderíamos estar auxiliando os agricultores, e a outra, muitas linhas de crédito não financiam máquinas usadas, eles financiam máquinas novas, o que é um absurdo pelo valor e utilização dele. Então os bancos não financiam máquinas usadas e o Conselho poderia fazer isto (...). Nós temos um Conselho há não sei há quanto tempo, e ainda não temos um fundo. Esta seria uma das principais questões. Nós vamos continuar brigando por isto.

A penúria de recursos nos fundos municipais agrícolas constitui um dos aspectos que permitem avançar uma interpretação segundo a qual esse Conselho é pouco concebido como lugar de elaboração de uma estratégia de desenvolvimento. Trata-se antes de uma instância concebida para captar recursos de programas estaduais e federais cujo repasse necessita do aval de um Conselho. Pois é assim que se explica a relativa revitalização do CONDER a partir de 2001. Neste período, o Conselho aprovou projetos do programa federal Banco da Terra e de vários programas estaduais: RS Rural, Programa Troca-Troca de Sementes, Programa RS biodiversidade, Pró Guaíba (ver QUADROS 3, 4 e 5).

Enquanto ponto de pauta mais freqüentemente debatido no CONDER, o Banco da Terra merece ser discutido em particular e mais detalhadamente.

Assim, vale traçar alguns comentários sobre este programa, que foi criado pela Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, e regulamentado em 2000, quando começa a ser aplicado em vários municípios brasileiros, inclusive em Roca Sales. Esse programa fornece, sem dúvida, uma atribuição importante para o CONDER. Justamente, a partir do final de 2000, começam a se realizar reuniões mais freqüentes. Muitas delas, em 2001, foram realizadas apenas para discutir a seleção de famílias, escolha dos seus beneficiários e aprovação de projetos no âmbito do Banco da Terra.

Este último poderia ser classificado, nos termos de Medeiros (2002), como um projeto de "Reforma Agrária de Mercado". "Recorrer ao mercado para obtenção de terras foi uma prática utilizada por alguns governos estaduais (entre outros, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo) no final do regime militar e mesmo na Nova República" (Medeiros, 2002, p.70). Foram mudando-se os expedientes até que, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, concebeu-se um programa nos moldes do que o Banco Mundial chamava de "reformas agrárias conduzidas pelo mercado". Esse modelo propunha igualmente a descentralização, em oposição ao modelo centralizador que conduzia a Reforma Agrária tradicional no país.

No Brasil, a primeira experiência mais concreta nesse novo modelo foi no estado do Ceará, em 1996 (Programa Cédula da Terra). "Além do empréstimo para a compra de terras, o programa previa recursos para investimentos comunitários definidos pelo próprio grupo de beneficiários em três áreas básicas: infra-estrutura, produtiva e social" (Medeiros, 2002, p. 75).

QUADRO 4: Atas CONDER 2002

Tema discutido	Recorrência	Âmbito do tema
Orçamento municipal	2 (agosto e novembro)	Municipal
Banco da Terra	1 (junho)	Programa Federal
Orçamento Participativo	1 (maio)	Estadual
Contratação de Veterinário	1 (abril)	Municipal
Visita técnica a suinocultores	1 (maio)	Municipal
Assistência técnica e extensão rural	1 (maio)	Federal
Seminário sobre matas ciliares	1 (junho)	Regional
Embalagens de agrotóxicos	1 (junho)	Estadual
Renovação do Conselho	1 (junho)	Municipal
Jornada da água	1 (agosto)	Municipal
Lei de incentivo à produção primária	1 (agosto)	Municipal
Reposição florestal	1 (setembro)	Municipal
Multas ambientais	1 (setembro)	Municipal

Fonte: Do autor, com base na pesquisa

QUADRO 5: Atas CONDER 2003

Tema discutido	Recorrência	Âmbito do tema
RS Rural	4 (agosto, setembro, outubro e dezembro)	Programa Estadual
Troca-troca de sementes	2 (março e abril)	Programa Estadual
Subsídios municipais	2 (março e abril)	Programa Municipal
Telefonia rural	2 (novembro e dezembro)	Estadual
Suspensão Banco da Terra	1 (março)	Federal
Reflorestamento	1 (março)	Municipal
Incentivo à emissão de notas fiscais de produtor	1 (abril)	Municipal
Febre Aftosa	1 (abril)	Programa Estadual
Renovação do conselho	1 (junho)	Municipal
Programa RS - Biodiversidade	1 (julho)	Programa Estadual
Fruticultura	1 (setembro)	Municipal
Aumento da produção de milho	1 (setembro)	Municipal
Licenciamento ambiental	1 (outubro)	Estadual
Poços artesianos	1 (outubro)	Municipal
Pronaf	1 (outubro)	Programa Federal
Pró-rural 2000	1 (novembro)	Programa Estadual
Pró-Guaíba	1 (novembro)	Programa Estadual
Programa mais alimento	1 (novembro)	Programa Federal
Orçamento municipal	1 (dezembro)	Municipal

Fonte: Do autor, com base na pesquisa.

Em função do seu caráter descentralizado, o modelo do Banco da Terra tinha espaço para adaptações às regras e peculiaridades de cada estado da federação brasileira, com participação considerável dos municípios por meio dos CMDR.

Seja como for, essa forma de reforma agrária se orienta por valores de mercado (com racionalidade estritamente econômica), o que na prática nem sempre é possível já que os agricultores muitas vezes querem comprar a terra por valores afetivos, como discorre Medeiros (2002). Para a autora, esse conflito de valores demonstra desequilíbrio na relação entre a sociedade civil e o mercado, com o programa Banco da Terra via de regra privilegiando o mercado em detrimento da sociedade civil. O Banco da Terra foi suspenso em 2003, no início do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Essa suspensão pode ser atribuída ao seguinte:

As reações à proposta de uma reforma agrária com base em mecanismos de mercado foram diversificadas e partiram quer das diferentes entidades de

representação envolvidas, quer, e principalmente, do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, espaço de debate e intervenção em esferas diversas, que congrega um amplo leque de organizações não-governamentais, organismos religiosos, entidades de representação e a Secretaria Agrária do Partido dos Trabalhadores⁴ (Medeiros, 2002, p. 81).

A suspensão do programa federal Banco da Terra causou descontentamento entre a maioria dos conselheiros do CONDER, como foi possível apreender em reunião com nossa participação. Os discursos dos conselheiros convergem na direção de uma crítica à descontinuidade: "cada novo governo muda as regras do jogo". Os conselheiros percebiam como positivos os resultados preliminares do Banco da Terra, considerando como um dispositivo de acesso à terra dentro de uma ótica de valorização do local. Essa disposição é clara nas palavras do secretário de agricultura do município:

Nós tínhamos o Banco da Terra que era um programa lançado pelo governo anterior, mas que infelizmente o governo atual praticamente extinguiu, que era um programa para os agricultores. Para os gestores municipais, era um plano que estava dando certo. Isso até é um problema do serviço público, porque, se um administrador lança uma idéia boa, o outro, ao invés de aperfeiçoá-la, extingue. Então é um dos pontos que deveriam ser aperfeiçoados e não extinto.

No âmbito deste trabalho, interessa-nos, sobretudo, apontar a importância das lógicas deste programa para as dinâmicas do CONDER, assim como de outro programa relevante financiado pelo Banco Mundial, o RS Rural. Em torno desse programa ocorreram vários debates no CONDER, sobretudo no ano de 2003 (ver QUADRO nº 5). Tal programa exige a parceria entre municípios e estado, este último financiando grande parte dos investimentos cuja escolha deve ser realizada com o aval dos conselheiros em desenvolvimento rural.

Outro aspecto que contribui com a relativa revitalização do CONDER a partir de 2001 se refere à efervescência do debate sobre os problemas ambientais no município (QUADROS 3, 4 e 5), em torno dos seguintes pontos: a) agravamento dos problemas ambientais gerados pela suinocultura e avicultura e seu reconhecimento social, como no caso da poluição do rio Taquari; b) maior ação de órgãos ambientais oficiais, notadamente a FEPAM; c) formação do presidente do Conselho (secretário da agricultura municipal) voltada ao campo ambiental; d) implantação de diversos programas estaduais orientados para a preservação ambiental.

Efetivamente, a valorização do planejamento local/regional constitui um aspecto importante em certas óticas sobre a sustentabilidade, em particular aquelas fundadas sobre os princípios do ecodesenvolvimento⁵.

De acordo com Moreira (2000, p. 41), são seis os requisitos do ecodesenvolvimento: "a) satisfação das necessidades básicas; b) solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito com outras culturas; f) programas de educação".

O ecodesenvolvimento, como lembra Godard (1998), trata mais do desenvolvimento que do meio ambiente. Sua abordagem surge no contexto dos debates sobre os limites ambientais do crescimento. Os defensores do ecodesenvolvimento sugerem a procura de modalidades de crescimento que tornem compatíveis o progresso social e a gestão saudável dos recursos naturais. Nesta perspectiva, o ecodesenvolvimento se opõe tanto ao conservadorismo ecológico quanto ao crescimento selvagem.

Num quadro conflituoso, para harmonizar crescimento econômico e preservação ambiental (tomando-se em conta de uma harmonia entre os homens, assim combatendo a desigualdade social), dois mecanismos são centrais para o ecodesenvolvimento: o planejamento e a participação. O primeiro deve articular e integrar múltiplas ações em vista dos objetivos ambientais e desenvolvimentistas em escalas locais e regionais (há uma lacuna aqui em relação à escala macroeconômica). Em segundo lugar, a idéia de participação ambiciona um re-ordenamento das relações Estado, mercado e sociedade civil, fortalecendo esta última.

Até que ponto as idéias sobre a valorização do planejamento participativo local, vindas das elaborações sobre a sustentabilidade, repercutem de alguma maneira no CONDER? Aparentemente, há nova disposição em lidar com os problemas ambientais, associados a um processo de desenvolvimento local que os tem agravado.

Nesse sentido, o discurso do biólogo da prefeitura de Roca Sales sobre o conflito entre desenvolvimento e ambiente nos parece oportuno em termos de perspectivas de conjugar harmoniosamente progresso social e gestão saudável dos recursos naturais e, assim, contribuir para mudanças nas representações sociais sobre agricultura e meio ambiente:

⁵ O ecodesenvolvimento antecede a noção de desenvolvimento sustentável. Aliás, este último não é um conceito estático e derradeiro. Ao contrário, encontra-se em meio a um confronto entre diferentes visões desde que o tema ambiental passou a ser mais profundamente discutido, particularmente na Conferência de Estocolmo, em 1972.

Nós temos um projeto de conservação de ambientes (...). Projeto este de parceria com a UFRGS, UNIVATES e a FEPAGRO. (...) este projeto, é um trabalho não muito desenvolvido no Brasil, e nosso município está se tornando uma referência na monitoração ambiental dessas áreas, por quê? Nós temos áreas, a maioria das plantações do Vale do Taquari estão inseridas dentro destes ambientes (...), no caso o rio Taquari. Só que, se formos aplicar a lei, o Código Florestal Federal de 1965 que exigiria 100 metros de vegetação nativa, nós teríamos um impacto social muito grande, porque as várzeas estão cultivadas por milho e soja, e aí? A teoria é muita coisa, a prática é outra, vamos encontrar um meio termo! Eu acho que ninguém tem o direito de tirar o pão da mesa de ninguém e não adianta quereremos aplicar a lei na íntegra na zona rural e daí aumentarmos o cinturão de miséria na cidade que vão carecer de saneamento básico.

Mas o Conselho parece ainda pouco preocupado com esta discussão. Ainda, segundo as palavras do referido biólogo:

Da atuação do Conselho, na minha opinião o Conselho deve buscar um pouco mais da legislação e ter conhecimento da legislação ambiental no que se refere à produção e manejo da propriedade rural, que leia, que ele estude um pouco mais da legislação ambiental antes de querer criticar os órgãos ambientais.

De fato, muitos conflitos em torno da atuação dos órgãos ambientais eclodem freqüentemente em Roca Sales, notadamente no que se refere à suinocultura. De toda forma, a análise dos discursos de nossos interlocutores permite concluir que o Conselho de Desenvolvimento Rural Roca Sales está longe de corresponder a um espaço apropriado de planejamento ecodesenvolvimentista. Praticamente, o Conselho não desenvolve seu papel de planejamento e abriga uma participação restrita. De toda evidência, esta lógica pouco favorece a manifestação dos agricultores cujas atividades se associam mais estreitamente às funções não produtivas da agricultura.

4 CONCLUSÕES

Em primeiro lugar, cabe destacar a extrema dependência do Conselho local de desenvolvimento rural em relação aos programas concebidos pelos governos estadual e federal, exemplificados aqui pelo papel do Banco da Terra e RS Rural, em incitar sua ação. Tal fato, pouco favorece o debate e a construção de projetos mais abrangentes de desenvolvimento rural.

Em segundo lugar, constata-se a ínfima participação dos agricultores familiares nas discussões do CONDER. Mesmo que estes agricultores manifestem algum interesse na participação, os meios existentes são pouco propícios para atendê-los. Com efeito, observou-se profundo desconhecimento até mesmo da existência do CONDER, o que evidentemente mostra a

inexistência de iniciativas com vistas a estabelecer comunicação entre Conselho e sociedade.

Em terceiro lugar, no âmbito da construção social de novas funções atribuídas à agricultura, o CONDER desempenha pouco um papel ecodesenvolvimentista no campo das políticas públicas. De fato, foi pouco capaz de mostrar que o local constitui o ambiente mais propício para adaptar tais políticas às realidades específicas e que o papel de planejamento e mobilização dos Conselhos pode conduzir a um desenvolvimento local mais solidário e sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Conselhos, além dos limites. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 121-140, set./dez. 2001.

ALLES, J. M. **Políticas públicas, conselhos municipais e agricultura familiar: representações sobre o rural em Roca Sales – RS e a emergência da noção de multifuncionalidade da agricultura**. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BAQUERO, M. et al. **Para além de capital social: juventude, empoderamento e cidadania**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 3., 2006, Santa Cruz do Sul. Anais... Santa Cruz do Sul: UNISC, 2006. p. Xx-xx.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thoms **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CAMPANHOLA, C. et al. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 11-40, 2000.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CAPORAL, F. R.; COSTA BEBER J. A. **Agroecologia e extensão rural**. [S.l.], 2006. Disponível em:
<<http://www.agroeco.org/brasil/material/costabeber.htm>> . Acesso em: 01 out. 2006.

COSTA, S. Categoria analítica ou passe-partout político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 3-25, 1. sem. 1997.

_____. **As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil. In: **SOCIEDADE Civil e Espaços Públicos no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 279- 301.

Elias, N. **A sociedade dos indivíduos.** São Paulo: Jorge Zahar, 1994.

_____. **Envolvimento e alienação.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FAVARETO, A.; DEMARCO, D. Entre o capital social e o bloqueio institucional: uma avaliação dos CMDR em cinco estados brasileiros. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** Porto Alegre: UFRGS, 2004. p.121-146.

GODARD, O. L'écodéveloppement revisité. In: **ECONOMIES et sociétés, développement, croissance et progrès.** Grenoble : Presses Universitaires de Grenoble, 1998. p. 213-229.

Marques, P. E. Moruzzi. Participação e Pronaf: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. Moruzzi. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 51-120.

Marques, P. E. Moruzzi; FLEXOR, G. **Conselhos municipais e políticas de desenvolvimento rural: indagações em torno dos papéis sociais e ambientais da agricultura.** [S. l.] 2007, Disponível em: <
http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/3/Paulo_Eduardo_Moruzzi_Marques.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2007.

MEDEIROS, L. S. de **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ: UNRISD, 2002.

MELO, M.A.B.C. de; COSTA, N. do R. A difusão das reformas neoliberais: análise estratégica, atores e agendas internacionais. In: REIS, E. et al. **Pluralismo, espaço social e pesquisa.** São Paulo: editora, 1995. p.153-173.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, R. J. Críticas ambientalistas à revolução verde. **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, n. 15, p.39-51, out. 2000.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SANTOS, A. M. S. P. Reforma do Estado, descentralização e autonomia dos municípios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora : SOBER: UFJF, 2003. p. 131-153.

SANTOS, B. de S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. de S.(Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-78.

SCHNEIDER, S. et al. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SILVA, M. K., Entre a norma e o factual: questões para uma análise sociológica dos processos de participação social na gestão pública. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 185-200, 2004.

_____, **"Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional"**. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, 2006.

SOUZA, M. T.A. Argumentos em torno de um "velho" tema: a descentralização. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 377-411, 1997.

TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.